



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS AGROINDUTRIAIS
CAMPUS DE POMBAL-PB

CHARLIER VALDSLEI NONATO DA COSTA

GESTÃO ADMINISTRATIVA NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE
HORTALIÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

POMBAL – PB

2018

CHARLIER VALDSLEI NONATO DA COSTA

**GESTÃO ADMINISTRATIVA NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE
HORTALIÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), do Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar CCTA/UFCG.

POMBAL - PB

2018

C837g

Costa, Charlier Valdslei Nonato da.

Gestão administrativa no processo de certificação de hortaliças na agricultura familiar / Charlier Valdslei Nonato da Costa. – Pombal, 2018.

29f. : il. color.

Artigo (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 2018.

"Orientação: Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá".

1. Agricultura familiar. 2. Hortaliças. 3. Gestor administrativo. 4. Gestão de qualidade. 5. Agrotóxico. 6. Meio ambiente. 7. Saúde humana. I. Maracajá, Patrício Borges. II. Título.

CDU 631.115(043)

"GESTÃO ADMINISTRATIVA NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE HORTALIÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR"

Defesa de Trabalho Final de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal-PB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre (M. Sc.) em Sistemas Agroindustriais.

Aprovada em 10/09/2018

COMISSÃO EXAMINADORA

Patrício Borges Marucaj
Orientador

Aline Costa Ferreira
Examinadora Interna

André Japiassú
Examinador Externo

POMBAL-PB
OUTUBRO - 2018

RESUMO

Diante da relevância dada em tempos hodiernos à saúde humana quando o assunto é o uso de agrotóxicos, o presente artigo tem como objetivo disponibilizar para o agricultor familiar o processo de certificação de hortaliças na perspectiva do gestor administrativo. A escolha pelo produto em estudo (hortaliças) se deu pelo fato de ser uma das atividades mais praticadas pela agricultura familiar. Para alcançar o objetivo, este artigo utilizou-se de pesquisas bibliográficas em artigos científicos e sites que disponibilizam dados oficiais por meio de censos como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dos dados coletados foi possível perceber e quantificar o número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos em todo o estado da Paraíba e, especificamente, no município de Pombal-PB. Além disso, este trabalho descreveu a importância do gestor administrativo em todo o processo de certificação. Concluiu-se que a presença de um administrador a frente da certificação de produtos agrícolas em empresas na fase de formação, também, em áreas agrícolas ou em qualquer outro setor que tenha como fim obter certificado (selo), pode encurtar o caminho e proporcionar o êxito do processo.

Palavras-chave: Gestor Administrativo. Agrotóxico. Meio Ambiente. Gestão de Qualidade.

ABSTRACT

In view of the importance given to human health when it comes to the use of agrochemicals, this article aims to provide the family farmer with the process of certification of vegetables from the perspective of the administrative manager. The choice for the product under study (vegetables) was due to the fact that it is one of the activities most practiced by family agriculture. In order to reach the objective, this article used bibliographical research in scientific articles and websites that provide official data through censuses such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). From the data collected, it was possible to perceive and quantify the number of establishments that use pesticides throughout the state of Paraíba and specifically in the municipality of Pombal-PB. In addition, this paper described the importance of the administrative manager throughout the certification process. It was concluded that the presence of an administrator in charge of certification of agricultural products in companies in the training phase, also in agricultural areas or in any other sector that has the purpose of obtaining a certificate (seal), can shorten the path and provide the success of the process.

Keywords: Administrative Manager. Agrotoxic. Environment. Quality Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Feira Livre em Pombal–PB	19
Figura 2 - Comerciantes de Hortaliças participam de Feira Livre em Pombal–PB	19
Figura 3 - Comércio de Hortaliças em Pombal–PB	20
Figura 4 - Comércio de Hortaliças em Pombal–PB	20

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Porcentagem da Utilização e Não Utilização de Agrotóxicos no estado da Paraíba	15
Gráfico 2 - Porcentagem do tipo de adubação utilizada pelos estabelecimentos no estado da Paraíba	16
Gráfico 3 - Porcentagem da Utilização e Não Utilização de Agrotóxicos no estado da Paraíba	16
Gráfico 4 - Porcentagem do tipo de adubação utilizada pelos estabelecimentos no município de Pombal-PB.....	17
Gráfico 5 - Porcentagem da uso da área no estado da Paraíba.....	18
Gráfico 6 - Porcentagem da uso da área no município de Pombal–PB.....	18

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Relação entre tipos de exposição a agrotóxicos, sinais e sintomas clínicos presentes	14
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Agricultura Familiar	11
2.2 Agrotóxicos x Meio Ambiente	12
2.3 Agrotóxico x Saúde Humana	13
2.4 Hortaliças	17
2.5 Certificação	21
2.5.1 – Papel do Gestor Administrativo e a Certificação dos Produtos Agrícolas..	21
2.6 Gestão de Qualidade	25
3. CONCLUSÃO.....	26
4. REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos a população, em especial, o consumidor de produtos agrícolas, tem sido cada vez mais exigente. Preocupados com o avanço da tecnologia e, conseqüentemente, constante uso de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, o foco do consumidor tem sido, paulatinamente, para a busca de produtos isentos da aplicação química. No entanto, para garantir a aquisição conforme desejada, o consumidor busca na mercadoria o selo certificando tais peculiaridades.

Como uma das razões do atual comportamento da sociedade, de uma forma geral, pode ser apontado o olhar mais preocupante com o meio ambiente. Desta forma, fixar a mercadoria uma rotulagem ambientalmente correta pode se traduzir em avanços comerciais. O fato é de que os consumidores, como os varejistas, estão buscando, não somente qualidade e preço, mas também aspectos ambientais associados ao próprio produto. Observando, portanto, o crescente número de adeptos, empresas e agricultores familiares têm buscado direcionar seus produtos para este tipo de mercado. Kotler (1994) já indicava que apenas as empresas que forem orientadas para os consumidores é que vencerão.

Diante desta perspectiva, sejam as grandes empresas sejam produtores da agricultura familiar, tentar produzir alimentos de alta qualidade sem qualquer resíduo tóxico, que têm mais sabor, maior qualidade nutricional e biológica, transformou-se em um mercado promissor, segundo Gonçalves; Gomes; Medeiros (2007). Campanhola e Valarini (2001) ratificam a ideia de que para conquistar maior credibilidade e garantia dos consumidores é preciso conferir maior transparência às práticas e aos princípios utilizados na produção, gerando também, certificados por entidades específicas, que fornecem um selo para ser anexado ao produto na hora da venda.

Pensando nessa perspectiva esse artigo teve como objetivo disponibilizar para o agricultor familiar o processo de certificação de hortaliças na perspectiva do gestor administrativo.

A escolha pelo produto em estudo (hortaliças) se deu pelo fato de ser uma das produções mais praticadas pela agricultura familiar. Para alcançar o objetivo, este artigo utilizou-se de pesquisas bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura Familiar

Apesar de perceber o avanço das cidades, com o processo de urbanização, ou seja, fuga da população residente no campo para a cidade, o trabalho do homem que vive na zona rural é de fundamental importância. Essa parcela da sociedade tem sido responsável pelo abastecimento dos centros urbanos, seja em grande, média ou menores proporções. Parte desta relevância pode e deve ser designada à agricultura familiar. Nesse sentido é importante definir o que se entende por agricultura familiar.

Estabelecendo uma relação com a agricultura camponesa “uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (Abramovay, 1992: 22).

Já numa perspectiva contrária, as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Nessa linha, argumentos reunidos por Huges Lamarche (1998) e Nazareth Wanderley (1999) explicam a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares.

Nos deparamos com modelos distintos, onde um relaciona a agricultura familiar à camponesa e de subsistência. Enquanto o outro aponta uma agricultura familiar moderna. Todavia, em ambos, é importante destacar que o estudo ressalta a manutenção da predominância da mão-de-obra familiar enquanto estratégia, mesmo onde há a presença do trabalho contratado, e a busca incessante pelo acesso estável à terra como condicionante ainda presente na capacidade de reprodução da família (LAMARCHE, 1998:110).

Seja, portanto, na visão camponesa/subsistência ou moderna observa-se a contribuição desta atividade para a sociedade no que concerne a distribuição de alimentos. Todavia, vale ressaltar que neste artigo será abordado o modelo da Agricultura Familiar Moderna, uma vez que, em tempos hodiernos a globalização tratou de modernizar parte desta atividade agrícola acarretando em avanços relevantes, inclusive, no que diz respeito a melhorias na produção e busca por certificação de produtos a fim de atender uma demanda crescente por mercadorias com selos que

garantem uma condução de tratamentos culturais livres de agrotóxicos, ou seja, que agridam cada vez menos o meio ambiente.

O fato é que deve-se entender que a agricultura familiar no Brasil, cuja importância é inquestionável, ajuda a manter o homem no campo (BEZERRA e SCHLINDWEIN, 2016).

2.2 Agrotóxicos x Meio Ambiente

O uso de agrotóxicos¹ tem sido cada vez mais afunilado. O fato se deve, boa parte, a fiscalização da própria sociedade quanto aos cuidados com o meio ambiente. Este cenário força o agricultor familiar a repensar sobre a aplicabilidade de produtos em sua lavoura. Em outras palavras, a tomada de decisão por parte dos agricultores familiares passa a ter como base alguns critérios como danos ambientais, inclusive, à saúde humana. No que diz respeito aos danos causados ao meio ambiente, os agrotóxicos agem de duas maneiras: acumula-se na biota; e contaminam a água e o solo. Sua dispersão no ambiente pode provocar um desequilíbrio ecológico na interação natural entre duas ou mais espécies.

Alguns tipos de agrotóxicos – como os organoclorados, se acumulam ao longo da cadeia alimentar por meio da biomagnificação, isto é, aumento do nível trófico. E sobre isso Peres & Moreira afirmam que a contaminação de peixes, crustáceos, moluscos e outros animais representam uma fonte potencial de contaminação humana, cujos riscos podem ser ampliados a todos os consumidores desses animais como fonte de alimento.

O ponto de vista apresentado justifica o posicionamento de inúmeros consumidores quanto ao uso de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, uma vez que, contaminando o ambiente prejudica, também, a saúde humana. Além do exposto vale ressaltar que alguns agrotóxicos, não somente erradicam as pragas, como também eliminariam seus inimigos naturais. O que significa dizer que baniria seus predadores e competidores.

Sobre o assunto é oportuno acrescentar que alguns indivíduos são mais resistentes, ou seja, na maior parte das vezes, as pragas não sejam completamente

¹ [...] os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos [...] substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, 1989).

dizimadas, restando indivíduos com genótipo mais forte. O agravante, no entanto, ocorrer posteriormente quando o cruzamento desses indivíduos, em adição a uma menor competição por alimento, espaço e abrigo, promove aumentos substanciais na população, fazendo com que a praga volte mais resistente e em níveis populacionais maiores do que antes da aplicação química.

Atestando o exposto Paschoal acredita que “espécies antes suscetíveis a determinados praguicidas, sob pressão dos mesmos, não são mais controláveis nas dosagens normais recomendadas, passando a tolerar doses que antes matavam quase a totalidade de seus progenitores”.

Além de agir na biota, o agrotóxico atua em outra via de impacto ambiental: a contaminação na água e no solo. Para Zebarth (1999) a degradação da qualidade de águas subterrâneas e superficiais tem sido identificada como a principal preocupação no que diz respeito ao impacto da agricultura no ambiente. Sobre essa abordagem o autor afirma que a contaminação de coleções de água superficiais e subterrâneas tem um potencial extremamente poluente.

Na prática o fato pode ser visto da seguinte forma: em casos onde o local onde recebeu aplicação de agrotóxico tiver proximidade com um manancial hídrico responsável por abastecer determinada cidade, a qualidade dessa água captada também deverá estar comprometida. Já no que concerne à contaminação no solo, o acúmulo dos agrotóxicos pode fragilizar e desencadear absorção de elementos minerais, especialmente, em solos desnudos, concorrendo para a redução do grau de fertilidade do mesmo. Diante das perspectivas apresentadas sobre os malefícios dos agrotóxicos sobre o meio ambiente torna-se possível compreender a mudança de hábito do consumidor e, por vezes do agricultor familiar conforme detalha-se na sequência deste artigo, ao abordar a relação entre o agrotóxico e a saúde humana.

2.3 Agrotóxico x Saúde Humana

Conforme já mencionado, o uso de agrotóxico gera externalidades no meio ambiente e na saúde humana. Todavia, é importante destacar que tais prejuízos e impactos ocorrem em longo prazo e, ainda, são desconhecidos.

No que diz respeito à saúde humana, assim como foi apresentado quanto ao meio ambiente, existem dois tipos de efeitos toxicológicos, de forma direta, através da intoxicação do trabalhador rural, também por meio indireto, prejudicando a saúde do

consumidor quando ingere um alimento cujo nível residual se encontra em níveis prejudiciais à saúde.

Tratando inicialmente sobre a saúde do trabalhador rural, pode-se afirmar que os efeitos sobre a saúde podem ser agudos e crônicos. Cocco (2002) relata que na intoxicação aguda, o dano efetivo é aparente em um período de 24 horas. Já sobre o efeito crônico o autor relata que o dano resulta da exposição contínua a doses baixas de um ou mais produtos. Ao abordar os efeitos agudos, Cocco (2002) ressalta que estes são mais visíveis, uma vez que, o intoxicado apresenta sintomas como: convulsões, vômitos, náuseas, dentre outros. Já quando acometido de um efeito agudo crônico o trabalhador rural pode apresentar sintomas após semanas, anos ou décadas de uso do agrotóxico.

O autor acrescenta que o uso indiscriminado desses produtos tóxicos podem ser resultantes de fatores como a falta de informação e o despreparo dos sistemas de saúde, que podem fazer com que os casos passem despercebidos, gerando subnotificação. Sobre o efeito do agrotóxico na saúde humana, estudos correlacionam o seu uso à redução da fecundidade e a alguns tipos de cânceres.

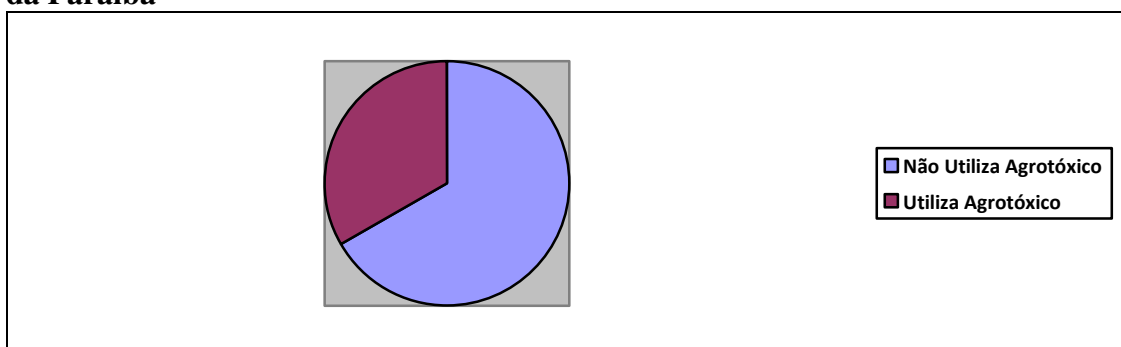
Quadro 1 - Relação entre tipos de exposição a agrotóxicos, sinais e sintomas clínicos presentes

	Exposição	
	Única ou Por Período Curto	Continuada Por Longo Período
Sinais e Sintomas Agudos	Náusea; Cefaléia; tontura; vômito; parestesias; fasciculação muscular; desorientação; dificuldade respiratória; coma; morte.	Hemorragias; hipersensibilidade; teratogênese e morte cerebral.
Sinais e Sintomas Crônicos	Paresia e paralisia reversíveis; ação neurotóxica retardada irreversível; pancitopenia.	Lesão cerebral irreversível; tumores malignos; atrofia testicular; esterilidade masculina; alterações comportamentais; neurites periféricas; dermatites de contato; formação de catarata; atrofia de nervo ótico; lesões hepáticas etc.

Fonte: Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, 1996, OPAS/OMS (Brasil, 1997).

Fatos como os apresentados levam a mudança de hábitos do consumidor. É a partir de causas como as apresentadas que fazem, tanto o agricultor como o consumidor, migrar para a adoção de medidas mais saudáveis. No caso do agricultor familiar optar por tratamentos culturais menos agressivos e, conseqüente, produtos mais idôneos de resíduos químicos. Quanto ao consumidor, o fator saúde tem sido um dos principais motivos para a fuga, em massa, à busca por produtos de prateleiras ou balcões de feiras mais saudáveis. Traduzindo em números o estado da Paraíba totaliza 156.494 (cento e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro) estabelecimentos agrícolas. Destes, segundo censo agropecuário divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) 52.227 (cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e sete) estabelecimentos fazem uso de agrotóxicos, enquanto que, 104.267 (cento e quatro mil, duzentos e sessenta e sete) não utilizam agrotóxicos.

Gráfico 1 - Porcentagem da Utilização e Não Utilização de Agrotóxicos no estado da Paraíba

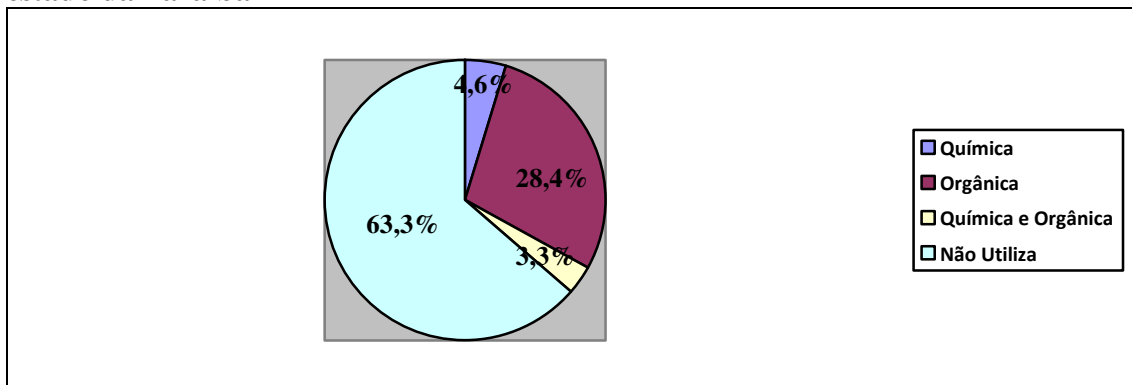


Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

Quanto à adubação utilizada o IBGE detalha sobre os que utilizam adubação química, orgânica, química e orgânica e aqueles que não utilizam nenhum tipo de adubação.

Segundo os dados divulgados pelo Instituto no último censo agropecuário a adubação química é utilizada por 7.478 (sete mil, quatrocentos e setenta e oito) estabelecimentos; a adubação orgânica por 46.345 (quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e cinco) estabelecimentos agropecuários; já os que utilizam tanto a química quanto a orgânica somam 5.447 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete); e os estabelecimentos que não utilizam nenhum tipo de adubação totalizam 103.579 (cento e três mil, quinhentos e setenta e nove). O Gráfico 2 demonstra esses números traduzidos em porcentagem.

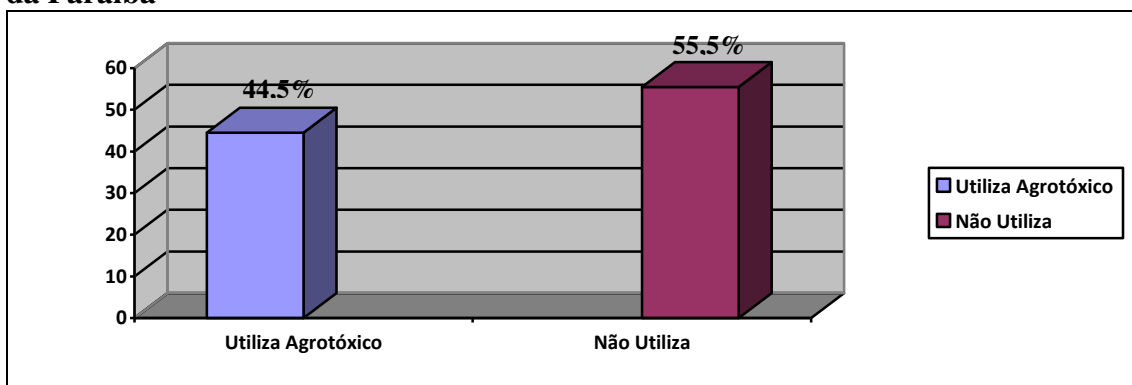
Gráfico 2 - Porcentagem do tipo de adubação utilizada pelos estabelecimentos no estado da Paraíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Já no Município de Pombal–PB, quanto ao uso ou não utilização de agrotóxicos, o Censo Agropecuário 2010 do IBGE traz os seguintes números: 583 (quinhentos e oitenta e três) estabelecimentos utilizam agrotóxico, enquanto que 727 (setecentos e vinte sete) optam por não utilizar o produto.

Gráfico 3 - Porcentagem da Utilização e Não Utilização de Agrotóxicos no estado da Paraíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

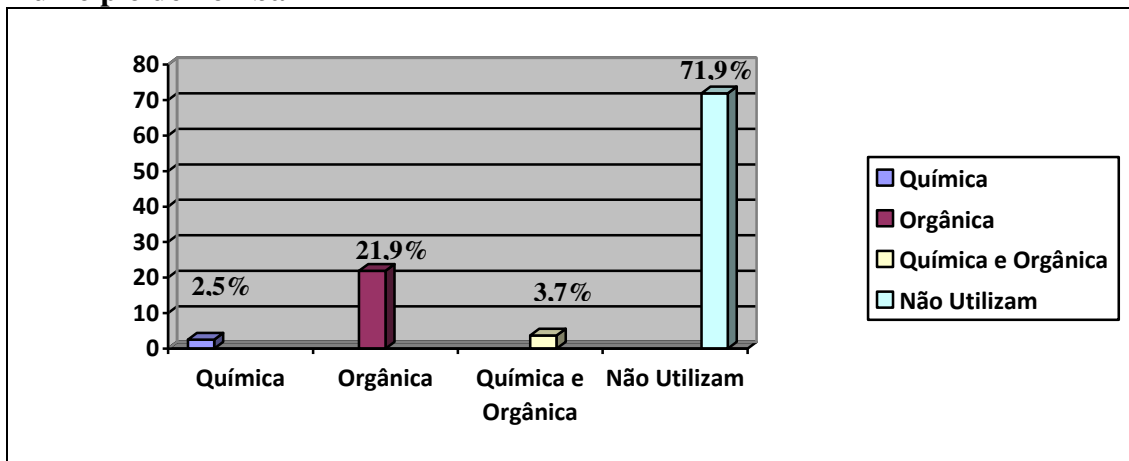
No que diz respeito à adubação utilizada nos estabelecimentos agrícolas de Pombal–PB, o IBGE também detalha sobre aos que utilizam adubação química, orgânica, química e orgânica e aqueles que não utilizam nenhum tipo de adubação.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto no último censo agropecuário a adubação química é utilizada por 33 (trinta e três) estabelecimentos; a adubação orgânica por 293 (duzentos e noventa e três) estabelecimentos agropecuários; já os que utilizam tanto a química quanto a orgânica somam 49 (quarenta e nove); e os

estabelecimentos que não utilizam nenhum tipo de adubação totalizam 959 (novecentos e cinquenta e nove).

A seguir, o Gráfico 4 mostra de forma detalhada e em percentual o tipo de adubo utilizado no município de Pombal-PB.

Gráfico 4 - Porcentagem do tipo de adubação utilizada pelos estabelecimentos no município de Pombal-PB



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

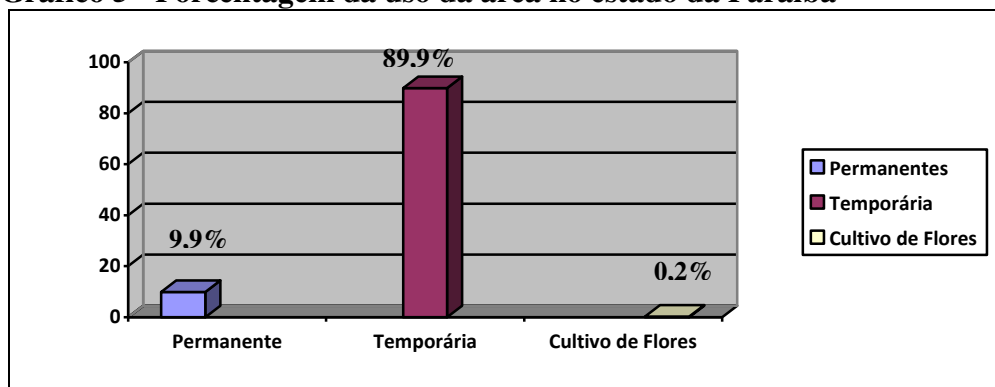
2.4 Hortaliças

As hortaliças compreendem mais de 70 espécies e podem ser agrupadas de acordo com a parte comestível em: Hortaliças-folhosas (alface, almeirão, agrião, espinafre, couve, cebolinha, salsa, rúcula); Hortaliças-flores (couve-flor, couve brócolos); Hortaliças-frutos (berinjela, jiló, abóbora, quiabo, chuchu, tomate, pimentão, pepino); Hortaliças-tubérculos (batata; cará); Hortaliças-raízes (cenoura, beterraba, rabanete, nabo, batata-doce); Hortaliças-bulbos (cebola, alho); Hortaliças-rizomas (inhame); Hortaliças-hastes (aspargo, aipo ou salsão); Hortaliças-condimentos (cebolinha, coentro, pimenta, salsa, manjeriço, hortelã).

Independente do tipo de hortaliça é relevante destacar que o seu consumo estar relacionado à saúde. Sobre essa relação, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2009) afirma que o baixo consumo de hortifrutícolas é responsável por cerca de 19% dos cânceros gastrointestinais, 31% da doença cardiovascular isquêmica e por 11% dos enfartes do miocárdio, e que potencialmente mais de 2,7 milhões de vidas podiam ser salvas todos os anos se cada pessoa consumisse porções adequadas de frutas, legumes e verduras (FLV).

Diante de sua importância é pertinente expor números relacionados ao uso da terra na Paraíba. Em termos numéricos o estado soma uma área de 445.551,772 hectares de lavouras. Desta área total, 44.112,298 hectares são destinados a lavouras permanentes; 400.474,034 a lavouras temporárias; e 965,440 a área para cultivo de flores.

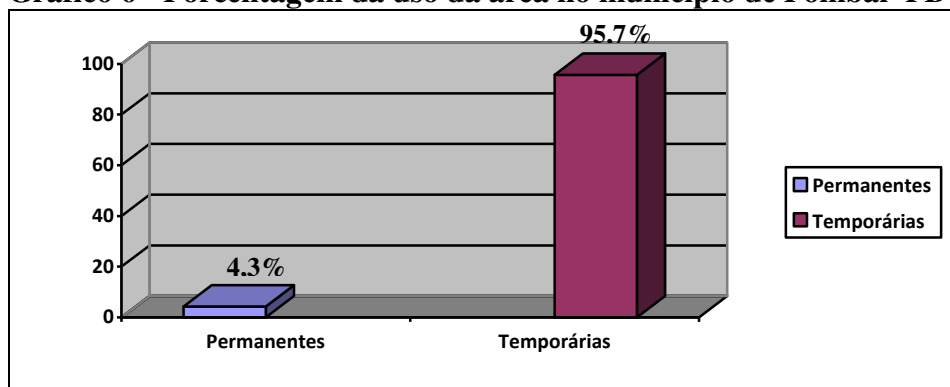
Gráfico 5 - Porcentagem da uso da área no estado da Paraíba



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Em Pombal-PB o uso da terra totaliza uma área de 2.224,744 hectares. Desta área 96,416 hectares são utilizadas com lavouras permanentes e 2.128,328 hectares desenvolvem atividades com lavouras temporárias.

Gráfico 6 - Porcentagem da uso da área no município de Pombal-PB



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No município de Pombal-PB não há atividade ligada ao cultivo de flores. Ainda sobre o município é possível destacar as feiras onde são comercializadas grandes variedades de hortaliças.

Figura 1 - Feira Livre em Pombal–PB



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Figura 2 - Comerciantes de Hortaliças participam de Feira Livre em Pombal–PB



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Figura 3 - Comércio de Hortaliças em Pombal–PB



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Figura 4 - Comércio de Hortaliças em Pombal–PB



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

As feiras no município de Pombal–PB acontecem todos os sábados e oferta grande variedade de hortifruit.

2.5 Certificação

A certificação dos produtos oriundos da agricultura familiar tem sido uma alternativa inteligente, uma vez que se assemelham aos sistemas orgânicos de produção, e conseqüentemente, se diferenciam da agricultura química. No entanto, é necessário mostrar ou comprovar que o produto comercializado sofreu modificação em seus procedimentos, ou seja, em seu manejo. E uma das formas de se atestar as mudanças aplicadas à produção é através da certificação, que segundo boa parte dos estudiosos do tema, pode ser motivo de maior proximidade entre produtores e consumidores.

Ou seja, adotar uma forma de produção sustentável² e atestá-la é estabelecer uma credibilidade na venda direta dos produtos. É expor a presença de algum mecanismo que garanta que o produto foi elaborado dentro das normas e especificações que lhe confere a qualidade orgânica. Tal mecanismo precisa ser posto em prática por organizações independentes dos setores produtivos e consumidor – as chamadas *certificadoras*. Estas, por sua vez, adota a forma de certificação por auditoria ou por inspeção. É a partir daí que pode ser visualizada a importância do profissional da Administração que desempenha entre outros papéis, a função de gestão. A relevância se dá em virtude do profissional desempenhar atribuições de gerir eventos como o do processo de certificação de produtos em uma empresa em formação ou em áreas ocupadas pela agricultura familiar.

Exemplo da importância deste profissional reflete-se na complexa rede tecnológica necessária para o funcionamento de um sistema de certificação que respeite os requerimentos ISO³, incipiente nos países em desenvolvimento, particularmente em sua componente voltada ao meio rural.

2.5.1 – Papel do Gestor Administrativo e a Certificação dos Produtos Agrícolas

Com base no exposto, anteriormente, onde foi considerado o respeito aos requerimentos ISO, cabe nessa discussão considerar o papel do administrador, juntamente, ao processo de certificação de produtos agrícolas, seja nas empresas em

²Produção Sustentável é a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais (AMARO, 2003).

³Normas reconhecidas internacionalmente e, em alguns nichos de mercado, têm forte apelo comercial, incentivando vendas e estabelecendo parcerias comerciais (VALLS, 2005; FRANCESCHINI; GALLETTO; CECCONI, 2006).

formação, seja em áreas agrícolas envolvendo a prática da agricultura familiar. Observando a temática vale relatar que fica a cargo do gestor o papel de informar e sanar dúvidas envolvendo as medidas necessárias e o caminho mais adequado para se obter o certificado.

E nesse sentido o gestor administrativo deve levar em consideração a forma de certificação praticada mais comumente pelas certificadoras, que é o caso da certificação por auditoria ou por inspeção. Esta por sua vez apresenta características favoráveis e desfavoráveis, conforme pode ser visto:

- ✓ Independência: A entidade certificadora e o inspetor designado para a vistoria não podem estar vinculados em nenhuma instância com o empreendimento a ser certificado. Isto significa dizer que eles não podem estar ligados com a produção, assistência técnica ou comercialização do empreendimento. O objetivo disso é gerar isenção, transparência e confiabilidade no processo.
- ✓ Imparcialidade: Desde que tenha condições para tal, a certificadora deve atender a qualquer empreendimento que solicitar seus serviços de maneira não discriminatória. Ou seja, não importa se é uma fazenda de 5 mil hectares ou um assentamento de agricultores familiares, não importa se é uma multinacional ou uma micro-usina de leite de uma associação de pequenos agricultores.
- ✓ Confiabilidade: A certificadora consiste numa entidade que confere credibilidade, garantindo para o consumidor que determinado produto realmente foi elaborado dentro das normas que identificam seu diferencial.
- ✓ Quadro técnico: A certificadora é formada, geralmente, por profissionais reconhecidos pelas suas habilidades acadêmicas. No caso da certificação de produtos orgânicos; são agrônomos, biólogos, veterinários, engenheiros de alimentos e outros profissionais desta área.
- ✓ Procedimentos de inspeção: O principal mecanismo de geração de confiabilidade consiste na visita de inspeção à unidade produtiva demandante da certificação. Através da conferência *in loco* dos procedimentos realizados, o *inspetor* –

pessoa delegada pela certificadora para a verificação das atividades, da documentação gerada e que produzirá um relatório específico para envio à certificadora – realiza a intervenção externa que garantirá que as normas e os acordos estão sendo cumpridos. Estas intervenções ocorrem em intervalos definidos pela certificadora, geralmente a cada 6 meses ou a cada ano.

- ✓ Normas: As normas dizem respeito aos procedimentos que devem ser seguidos ou evitados para que o empreendimento obtenha a certificação. Ela contém uma listagem de produtos permitidos e proibidos para a produção orgânica.
- ✓ Custos dos serviços: Há várias formas de realizar a cobrança pelo serviço de certificação, sendo que os mais comuns são: cobrança de um valor pelo dia de inspeção, tempo de viagem do inspetor, preparação do relatório, emissão de certificado, custo de deslocamento, licença para uso do selo e percentual sobre o volume certificado.

Além de preocupação em instruir sobre o processo, o gestor administrativo precisa entender e expor os principais problemas causados por este tipo de certificação adotado pela maioria das certificadoras. Segundo documento da Rede Ecovida os maiores entraves são:

- ✓ Extensa documentação: Há uma sobrevalorização dos documentos, dos relatórios e papéis gerados a partir do processo de certificação. A pessoa responsável por estes documentos tem que ser muito capacitada, o que limita um trabalho mais amplo.
- ✓ Resistente à adequações: Os princípios e métodos preconizados pela certificação por auditoria estão tão arraigados nas certificadoras e na legislação correspondente que se mostram resistentes às mudanças e adequações, sendo cada vez mais especializados e burocratizados.
- ✓ Pouco adequado à agricultura familiar: Uma propriedade ou empreendimento familiar é caracterizado pela diversificação de atividades em relação à sua dimensão, apresentando muitas relações de ordem social e ecológica, se

comparada com um grande empreendimento. Pelo fato dos métodos aplicados pela certificação por auditoria seguirem os padrões ISO⁴, mais adequados aos processos industriais, e as normas de produção terem sido elaboradas, na sua maioria, em regiões de clima temperado⁵; a certificação por auditoria mostra-se pouco adequada à agricultura familiar. Além disso, a certificação convencional demanda um bom desenvolvimento técnico e gerencial, características pouco frequentes na agricultura familiar.

- ✓ Sobrevalorização do inspetor: A figura do inspetor como observador, neutro ao processo e responsável maior pela credibilidade, faz dele a principal personagem da certificação. Isto pode acarretar uma desvalorização dos agricultores, relegando estes à uma mera posição de produtores.
- ✓ É caro: Os valores cobrados pelo processo podem torná-lo inacessível para a maioria dos agricultores familiares, impondo, em última instância, a necessidade do prêmio, da maior remuneração pelo produto. O aumento abusivo do preço pode contribuir para a diminuição do consumo dos produtos orgânicos.
- ✓ Produto x Processo: A proibição ou permissão de certos insumos não reflete, necessariamente e por si só, a melhoria da propriedade como um todo, rumo à uma ‘ecologização’ da mesma. A presença do inspetor, avaliando o uso de produtos permitidos ou o não uso dos proibidos, não implica diretamente na visualização da transição agroecológica de um agroecossistema. Questões como sustentabilidade e ética, apesar de estarem presentes nas normas, são preteridas em relação à listagem de produtos e à contabilidade do empreendimento. Na prática, alguns produtos certificados como orgânicos podem apresentar gastos energéticos maiores que aqueles produzidos em uma agricultura tradicional.

⁴ International Standards Organization (Organização de Normas Internacionais).

⁵ O clima temperado apresenta comportamentos diferentes do tropical. Um exemplo disso é a decomposição da matéria orgânica que ocorre numa taxa seis vezes menor no primeiro. Uma outra questão que justifica um tratamento diferenciado aos sistemas orgânicos de produção sob clima tropical (de países em desenvolvimento) é que ainda podemos encontrar áreas virgens ou pouco contaminadas se comparadas com propriedades européias.

- ✓ Centralização da certificação: Todo este procedimento vertical e centralizado na certificadora e nos técnicos apresenta uma capacidade multiplicadora limitada, não dando conta da rapidez com que se desenvolvem os processos, pois a agroecologia desenvolve-se mais rápido do que a certificação.
- ✓ Técnico e Ambiental x Social e Ético: Sobrevalorizam-se os aspectos técnicos e ambientais, e dá-se pouco valor ao social. Por exemplo: certifica tanto uma fazenda com 500 hectares de soja como um assentamento com 100 famílias onde cada uma produz 5 hectares de soja. Num primeiro momento, isto é justificado pelo princípio da imparcialidade. Daí vem a pergunta: Quando a demanda por certificação for alta e a certificadora tiver limites operacionais, quem ficará de fora primeiro, a fazenda ou o assentamento?
- ✓ Desconfiança: Já foram relatados casos de fraudes em produtos certificados como orgânicos. Isto tem colocado em dúvida a eficiência deste tipo de certificação. Apenas a presença do inspetor no empreendimento pode não ser suficiente para garantir o processo
- ✓ Direcionada pelos interesses do mercado: A existência de um mercado diferenciado que paga mais pelo produto tem sido, muitas vezes, o principal motivador da produção orgânica. A certificação por inspeção passa a ser condição para o acesso a este mercado que é, no caso do Brasil, majoritariamente para exportação. A promoção da agroecologia fica em segundo plano.

É com base nessas orientações dispostas pelo gestor administrativo que uma empresa ou agricultor familiar irá se nortear para gerir da melhor forma o seu processo de certificação a fim de garantir uma gestão de qualidade.

2.6 Gestão de Qualidade

Considerando a competitividade em altos níveis empresas, de uma forma geral, inclusive, agricultores que disponibilizam produtos com selo de garantia orgânica, precisam prezar pela qualidade de bens e serviços, seja em fase de comercialização, seja no setor de produção, isto é, vê-la sob uma nova perspectiva (SLACK; CHAMBERS;

JOHNSTON, 2002). Em outras palavras, devem buscar a excelência como uma meta contínua, de maneira a conseguirem vantagem competitiva no contexto em que estão inseridas (BATTIKHA, 2003).

Esse novo padrão de consumidor forçou empresas e agricultores a uma organização que adota um Sistema de Gestão de Qualidade⁶ (SGQ). Pinto; Carvalho; Ho (2006) atestam que ao adotar esse novo sistema produtores, por exemplo, passaram a alcançar seus objetivos, que era o de produzir numa realidade sustentável e que atendesse as novas exigências do consumidor hodierno. Para Lagrosen e Lagrosen (2003), um SGQ é uma reunião de técnicas e modelos de gerenciamento que visam à qualidade, tanto no setor de manufatura como no setor de serviços, que conforme Machado; Rotondaro (2003) pode ser empregado em instituições de qualquer porte e nacionalidade.

Por fim, para Valls (2005) e Ueno (2008), o Sistema de Gestão de Qualidade é uma forma de gestão definida pela alta direção que se fundamenta na identificação de requisitos dos clientes, padronização de processos e melhoria contínua.

O que precisa ser acentuado é que para se ter um bom Sistema Gestão de Qualidade é interessante a participação de profissionais que atentem sobre padrões estabelecidos pela ISO. Entre tais profissionais o gestor administrativo atribuindo à função de instruir e gerir melhorias para empresas e produtos.

3. CONCLUSÃO

Visto que as hortaliças tratam-se de um produto agrícola importante em termos de consumo – no que concerne a saúde – e comercialização, quando visto na perspectiva da agricultura familiar, este artigo alcançou o objetivo proposto reunindo dados do último censo agropecuário (IBGE, 2010) e expondo a relevância do gestor administrativo em uma empresa em formação, em todo e qualquer ramo, e em áreas que desenvolve atividades agrárias.

Viu-se que a atuação do gestor norteará todo o processo de certificação tornando o caminho mais estreito até o êxito do processo, uma vez que, sua atuação é realizada auxiliando o agricultor familiar sobre todo o procedimento necessário e o mais utilizado pelas certificadoras.

⁶ Gestão de qualidade é um conjunto de ações coordenadas que permitem gerenciar uma organização, objetivando a satisfação dos agentes intervenientes, o que inclui, principalmente, o cliente externo (DOUGLAS; COLEMAN; ODDY, 2003; FRANCESCHINI; GALLETO; CECCONI, 2006).

4. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (1992), *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec.

AMARO, Pedro. A proteção Integrada. Projecto AGRO 12, 2003. Disponível em: <http://www.isa.utl.pt/files/pub/ISAPRESS/PDF_Livros_ProfPedroAmaro/Proteccao_Integrada.pdf> . Acesso em 10 set 2018.

BRASIL. Lei nº 9.974, de 06 de junho de 2000. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/seab/agrotoxico/legislação.htm>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL, 1997. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. *Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*. Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde. Brasília.

BEZERRA, Gleicy Jardim; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 18, n.1, p. 3-15, jan./mar. 2017.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, 2001.

COCCO, P. On the rumors about the silent spring: review of the scientific evidence linking occupational and environmental pesticide exposure to endocrine disruption health effects. *Cad. Saúde Pública* 2002; 18(2): 379-402.

DOUGLAS, A.; COLEMAN, S.; ODDY, R. The case for ISO 9000. **The TQM Magazine**. v. 15, n. 5, p. 316-324, 2003. <http://dx.doi.org/10.1108/09544780310487712>

FRANCESCHINI, F.; GALLETO, M.; CECCONI, P. A worldwide analysis of ISO 9000 standard diffusion, considerations and future development. **Benchmarking: An International Journal**, v. 13, n. 4, p. 523-541, 2006.

GONÇALVES, M. M.; GOMES, C. B.; MEDEIROS, C. A. B. Efeito de diferentes caldas e biofertilizantes no controle de requeima (*Phytophthora infestans*) em batata (*Solanum tuberosum*) sob cultivo orgânico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2., 2007, Porto Alegre (RS). Resumos... Porto Alegre: Associação Brasileira de Agroecologia, 2007. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário 2010*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2018.

ISO. *Introduction to ISO*. Disponível em: <<http://www.iso.org>> Acessado em: 6 set. 2018.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento e controle**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LAGROSEN, S.; LAGROSEN, Y. Quality configurations: a contingency approach to quality management. **International Journal of Quality & Reliability Management**, v. 20, n. 7, p. 759-773, 2003. [http:// dx.doi.org/10.1108/02656710310491203](http://dx.doi.org/10.1108/02656710310491203)

LAMARCHE, Hugues, (coord.). *Agricultura familiar: 2. do mito à realidade*, Campinas, Unicamp, 1998.

MACHADO, J. A.; ROTONDARO, R. G. Mensuração da qualidade de serviços: um estudo de caso na indústria de serviços bancários. **Gestão & Produção**, v.10, n. 2, p. 217-230, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2003000200007>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil”. *Idéias*. (Revista do IFCH/UNICAMP), 3, 2, 1999.

Organização Mundial de Saúde 2009. *Efectos sobre la salud de las exposiciones combinadas en el medio de trabajo*. Informe de un Comité de Experts de la OMS. Série de Informes Técnicos 661, Genebra.

PINTO, S. H. B.; CARVALHO, M. M.; HO, L. L. Implementação de programas de qualidade: um survey em empresas de grande porte no Brasil. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 2, p. 191-203, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2006000200003>

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *A Legalização da Agricultura Orgânica e da Certificação de Produtos Orgânicos no Brasil: o posicionamento da Rede Ecovida de Agroecologia*. Mimeo, p. 4, 2002.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2002.

UENO, A. Which management practices are contributory to service quality? **International Journal of Quality & Reliability Management**, v. 25, n. 6, p. 585-603, 2008. <http://dx.doi.org/10.1108/02656710810881890>

VALLS, V. M. **Gestão da Qualidade em serviço de informação no Brasil: estabelecimento de um modelo de referência baseado nas diretrizes da NBR ISO 9001**. 2005. 247 f. Tese (Doutorado)-Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ZEBARTH, B. *Improved manure, fertilizer and pesticide management for reduced surface and groundwater*. Canadá: The Pacific Agri-Food Research Centre, 1999. Disponível em: <<http://res.agr.ca/agassiz/studies/zebasdb.htm>> Acessado em: 10 set 2018.